

CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

MS Isabela de Oliveira da Silva ¹

Nilton Elias de Sousa²

RESUMO

Este artigo reflete sobre a história da educação no Brasil, desde como a diferença entre as classes sociais influenciam sobre as oportunidades de educação no país, bem como os reflexos que ela nos impõe nos dias de hoje. Analisa como se deu a educação profissional diante as necessidades da vida moderna através da criação da dualidade do ensino médio e profissional, abordando a criação do ensino tecnológico que fora equiparado ao ensino superior. Aponta as contribuições dos governos envolvidos durante o processo e sua evolução. Reflete sobre a formação dos docentes para o ensino profissional e as expectativas das futuras populações que atenderão este tipo de ensino, indicando caminhos que o ensino profissional deverá percorrer para que forme uma sociedade mais crítica, independente e empreendedora.

Palavras-chaves: Educação Profissional. História. Dualidade. Formação de Docentes

ABSTRACT

This article reflects the history of education in Brazil as the difference between social classes, as well as education opportunities in Brazil and the reflexes that it imposes on us today. It analyzes how professional education took place in the face of the needs of modern life through the creation of the duality of secondary and professional education, approaching the creation of technologist education that had been equated with higher education. It points out the contributions of the governments involved during the process and its evolution. It reflects on the training of professional teachers and as types of predictions for the populations that attend this teaching modality, the paths that professional teaching must follow in order to graduate a more critical, independent and entrepreneurial society.

Keywords: Professional Education. History. Duality. Teacher Training.

¹ Mestranda em Educação pela Logos University International. UniLogos.

² Doutor em Educação pela California University, CA, Doutor em Psicologia pela European International University, França, Mestre em Educação pela Logos University International, UniLogos, Professor Titular da Logos University International, UniLogos, Honorary Rector da UniLogos, Portador do Prêmio de Educação dos EUA, Reitor da Faculdade de Ciências Médicas e Jurídica, FACMED.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho sempre foi o modo de vida que o ser humano encontrou para que suas necessidades ao longo das suas vidas fossem atendidas, mas o trabalho organizado em escalas hierárquicas foi se desenvolvendo com a evolução do homem em seu meio. Obviamente mais tarde podemos encontrar a sociedade organizada em suas diferentes classes econômicas. Por tanto, quando falamos de forma global, podemos dizer que demais países buscaram seu desenvolvimento através do estímulo a educação. No Brasil, a revolução da sociedade como vemos hoje começou ainda durante a colonização, e aos poucos o trabalho foi sendo organizado entre suas classes, sendo a classe da elite aquela que ocupa posições de destaques e chefia e a classe popular, onde a grande parte do povo se encontra, ocupando postos trabalhos secundários. Por muito tempo a cultura da servidão se cultivou no país e ainda hoje vemos os vestígios da história nos assombrar. Onde a classe elite terá acesso as melhores oportunidades de estudos e ocupações trabalhistas, sendo a classe popular aquela que repete a história de seus pais, se conformando com a falta de oportunidade imposta ao seu meio.

Quando falamos de ensino profissional, precisamos entender que a população jovem em sua maioria a atender este ensino, será aquela com uma certa carência de recursos financeiros para ingressar no ensino superior. Por isso é importante que aja oportunidade da formação profissional dessa parte da sociedade para o mercado de trabalho, cada dia mais exigente e seletivo, não podendo os ater da oportunidade de continuação de seus estudos e ingresso ao ensino superior.

A Educação Profissional entra na vida dos jovens com o intuito de qualificá-los para o mercado de trabalho de forma mais rápida; mas estaria hoje a educação profissional formando profissionais condizentes com as necessidades que toda pós-modernidade nos impõe? Uma formação eficiente é aquela que trata desde da formação dos docentes que serão os responsáveis pela preparação dos jovens para o mercado de trabalho até o aluno.

1.1 A Educação Profissional na História do Brasil

Ao voltarmos no tempo nos deparamos com a simplicidade da educação profissional. Onde não era preciso uma formação específica para exercer trabalhos

simples, pois todos os aprendizados eram repassados de geração a geração.

No Brasil, a formação do trabalhador teve seu início no período da colonização do país, tendo como primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, considerados as classes mais baixas da sociedade. À elite estava destinada a educação propedêutica, de caráter acadêmico, preparatória para a continuidade dos estudos. (VIEIRA, A. M. D. P. JUNIOR, A. S., 2016)

Os desejos em sua maioria não eram audaciosos e era comum o filho exercer as mesmas funções do pai ou mãe sem questionar, pois, aquela realidade lhe pertencia de forma intrínseca. Aos poucos essa realidade foi se tornando diferente com a imigração de povos pelos continentes que muitas vezes fugiam da guerra e iam busca de lugares onde pudessem recomeçar uma nova vida.

Curiosamente, em 1785, houve um alvará assinado pela D. Maria I, então rainha de Portugal, que proibia a existência de máquinas, sob a afirmação de que tais empreendimentos tiravam trabalhadores que dedicavam seu tempo a agricultura e mineração, paralisando o processo de desenvolvimento tecnológico no Brasil. Tal alvará foi revogado em 1808, com a vinda da família portuguesa para o país, criando-se assim o Colégio das Fábricas ou Casa do Guindaste por D. João VI “Considerando o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público com o objetivo de atender à educação dos artistas e aprendizes vindo de Portugal” (VIEIRA, JUNIOR, 2016 p. 4). Segundo Vieira e Junior, durante o Império foram tomadas diversas iniciativas com o intuito de promover a educação profissional no Brasil.

Em 1906, foram criadas quatro escolas com objetivo de formação técnica no Brasil, pelo então presidente do Estado do Rio de Janeiro na época, Nilo Peçanha, permeando assim, ainda que de forma lenta, a educação profissional no Brasil.

Vieira e Junior diz que, “A educação profissional conhecida, hoje, iniciou sua consolidação em meados do final do século XVIII, a partir da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, que marca a transição para novos processos de manufatura, passando da produção.” (VIEIRA, JUNIOR, p. 2, 2016). Em se tratando do território brasileiro, essa foi a época em que após a imigração de vários povos, principalmente vindo da Europa e que aqui se estabeleceram com o cultivo do café, para que o processo de produção se tornasse mais rápido e a exportação que naquele tempo já

era necessária para atender a demanda exigida devido ao início da globalização, foram implantadas máquinas para manufatura, não somente do café, mas de outras necessidades, sendo das mais diversas, como a costura, produção de alimentos, entre outros. Para a manuseio desses equipamentos o conhecimento passado de pai para filho não era mais valorizado, mas sim conhecimentos técnicos que permitiam a operação deles.

Em 1964, com a revolução civil militar, que a educação brasileira teve algumas modificações pela Lei nº 5.692/71, “que reformou o ensino do 1º e 2º grau e tentou impor o ensino médio profissionalizante para todos.” Vieira e Junior destacam o discurso de Escott & Moraes sobre a imposição da mudança através de um governo autoritário, onde:

“destaca-se como aspecto relevante, e, ao mesmo tempo, polêmico, o caráter de profissionalização obrigatória do ensino de 2.º grau, imposto por um governo autoritário com o discurso de atendimento à crescente demanda das classes populares por acesso a níveis mais elevados de escolarização, acarretando, da mesma forma, uma forte pressão pelo aumento de vagas no ensino superior. Associado a esses fatos, reside o interesse do governo militar no desenvolvimento de uma nova fase de industrialização subalterna, conhecido historicamente como o milagre brasileiro. Tal projeto demandava por mão de obra qualificada com técnicos de nível médio, para atender a tal crescimento, possibilitada pela formação técnica profissionalizante em nível de 2.º grau, que “garantiria” a inserção no “mercado de trabalho”, devido ao crescente desenvolvimento industrial, marcado pela intensificação da internacionalização do capital” (ESCOTT & MORAES, 2012).

Esse discurso autoritário, talvez tenha sido o impasse para que a evolução do ensino profissionalizante se desenrolasse no Brasil. A essa altura a sociedade já apresentava pensamentos críticos e questionadores, por esta razão o acesso a ao ensino profissionalizante obrigatório, lhe remetia o juízo de submissão aqueles que por suas vezes vinham de famílias que lhes davam condição do ensino superior, sendo a elite. Apesar do ensino profissionalizante ser muito importante para formar aqueles que

estão em desfavorecimento econômico em uma prática profissional, não lhes eram garantidas uma educação continuada ou condições para seus estudos.

A partir de 1990, vários centros de ensino foram criados afim de impulsionar a educação profissional no Brasil, lhes garantindo a formação em uma profissão, dentre eles: SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), SENAT (Serviço Nacional de Transporte), SESCOOP (Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo) e uns dos mais conhecidos em nível nacional, o SEBRAE (Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa) mas foi a Lei das Diretrizes e Bases que com sua redação, retirou o caráter assistencialista da educação profissional, dando a este segmento a finalidade de inclusão social e certificação profissional.

| Ano | Educação Profissional no Brasil |
|------|--|
| 1909 | O Decreto-Lei nº 7.566 ² , de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista ³ em relação à massa trabalhadora. Ocorreu a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprimindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população. O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio. |
| 1910 | Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices. |
| 1930 | Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres. |
| 1937 | A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados. |
| 1940 | Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S ⁴ . |
| 1942 | Criação do SENAI (S picineiro). Criação da lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário. |
| 1943 | Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial. |
| 1946 | Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola. |
| 1990 | Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Nacional do Transporte (SENAT) ⁵ , do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE). |

Quadro 1: Síntese do Histórico da Educação Profissional no Brasil
Fonte: Da Aurora (2007)

1.2 Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil-Dualidade e Fragmentação

A dualidade entre o Ensino Médio e Educação Profissional se torna dois opostos quando se retrata o futuro do jovem. No Brasil, essa característica vem enraizada desde da colônia, pois fora constituído que somente a elite deveria ter acesso ao ensino acadêmico, sendo as classes baixas a da obediência e subserviência, formando suas habilidades profissionais a classe dominante.

“No caso do ensino médio e da educação profissional, essa visão dual ou fragmentada expressa-se, historicamente, desde a Colônia, pela reprodução das relações de desigualdade entre as classes sociais, na separação entre a educação geral, como

preparação para os estudos superiores, e a preparação imediata para o mercado de trabalho, funcional às exigências produtivas. (CIAVATTA, M., RAMOS, M., 2011)

Segundo Ciavatta e Ramos, tal dualidade era bastante expressa em documentos da época da colonização a qual claramente diferenciavam as classes entre trabalhadores livres, escravos e elite.

Esse processo é reiterado na República desde os primórdios e ganha uma estrutura orgânica legal no primeiro governo Vargas, no auge do poder do Estado Novo, nos anos 1940. As Leis Orgânicas do Ensino Industrial e do Ensino Secundário e a criação do Senai, em 1942, determinam a não equivalência entre os cursos propedêuticos e os técnicos, associando os currículos enciclopédicos à formação geral como expressão concreta de uma distinção social mediada pela educação. (CIAVATTA, M., RAMOS, M., 2011, p. 29)

Ou seja, os próprios formadores da República davam-se essa distinção e conseqüentemente a separação das classes, como uma forma de centralização de poder, garantindo que este permanecesse sob o domínio da elite. Com a Revolução Industrial, viu-se a necessidade da formação profissional de uma maior parcela da população afim de se avançar economicamente para atender a demanda global. Se pensarmos, na questão separatista das classes, fez e faz-se ainda nos dias de hoje, ser um dos maiores obstáculos para o avanço econômico do país. O que precisamos entender de fato, é que a maior parte da população não terá regalias para atender uma formação superior acadêmica, mas isso não significa que não poderão fazer num futuro. A formação técnica/profissional é necessária para integrar o jovem no mercado de trabalho, afim de lhe inserir no crescimento de sua vida social, mas há também de se criar oportunidades para seu desenvolvimento ou especialização acadêmica, com acesso a formação superior se assim desejar.

1.3 Educação e Trabalho Bases Para Debater a Educação Profissional Emancipadora

Até aqui todos ou boa parte da sociedade considera o trabalho importante na vida do homem, pois é através dele que o mesmo se inseri na vida social. Por tanto, como fica a questão laboral a frente da sociedade pós-moderna e industrial? Com a vivência da pandemia ficou claro como a tecnologia está desenhada em nossas vidas, produzindo assim novas formas de trabalho. Frente a esta realidade Frigotto, menciona o pensamento de Marx com a diferença das duas modalidades de trabalho que vivenciamos, como: o “trabalho como mundo das necessidades e trabalho como mundo da liberdade,” (FRIGOTTO, p. 74, 2001). Onde a primeira dimensão se refere como a tecnologia está alinhada a necessidade humana, bem como cria-se oportunidades em meios a tantas possibilidades, como máquina de escrever, energia elétrica, ou até mesmo as máquinas tecnológicas eletrônicas da atualidade. Podemos dizer até além desse passamento, se referirmos a primeira dimensão como estar ligada ao que é necessário para que a população possa viver nos dias de hoje, pois é ali que a mão de obra vai atuar, sendo a segunda dimensão a da liberdade de ter e fazer que o trabalho proporciona ao ser humano.

Frigotto, diz que que o “trabalho esteve regulado pelas relações sociais capitalistas”. De fato, desde da época feudal através da produção se garantia um capital por meio de terras que muitas vezes os senhores forneciam em troca de trabalho, mas o acúmulo do capital só pôde ser possível com a abolição da escravidão, pois a relação de trabalho aos poucos fora se estabelecendo de forma capitalista concreta e não apenas na troca. Referente a Sociedade Salarial Castel (1997) diz:

É aquela em que a maioria, mediante seu emprego, tem sua inserção social relacionada ao local que ocupa na escala salarial. O trabalhador certamente não se torna um proprietário com patrimônio, um capitalista, mas tem garantias de poder prever seu futuro e assegurá-lo dentro de padrões minimamente aceitáveis em termos humanos. O trabalho não vai se ligar apenas à remuneração de uma tarefa, mas emerge como direito. (*apud* FRIGOTTO, G., 2001)

Nesse contexto, podemos afirmar que o trabalho tem o poder de incluir o homem socialmente, mesmo que esteja relacionada na escala salarial em que ocupa. Ele lhe garantirá poder de moradia e aquisição material. Frigotto ainda diz que o trabalho deveria ser um direito pois dá ao homem a possibilidade de integração ao consumo, perspectivas futuras, afirmando que se o mercado privado não gera emprego é o dever do Estado de fazer. (p. 76). Obviamente, para geração de empregos se faz necessário a busca por empreendimentos no país, que serão garantidos através de política econômica sólida, onde o povo é valorizado. Um governo que promove assistências a seu povo, será bem visto por investidores estrangeiros que poderão enxergar uma potência econômica futura. Uma das principais estratégias é preparar os jovens para o mercado com uma educação de qualidade que lhes garantirão inserção no mercado de trabalho. Mas como tornar a educação profissional em uma válvula emancipadora?

No campo educativo, necessitamos reiterar, sem constrangimento, a concepção de educação básica (fundamental e média) pública, laica, unitária, gratuita e universal, centrada na ideia de direito subjetivo de cada ser humano. Uma educação omnilateral, tecnológica ou politécnica formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa. (FRIGOTTO, G., 2001).

Ou seja, a educação deve acompanhar o pensamento pós moderno de uma sociedade, em que se deseja evoluir. O pensamento de que as classes baixas devem servir apenas, tem de ser mudado para ideia de formação empreendedora, tratando os jovens como protagonista para o futuro da sociedade.

1.4 Educação Profissional e Ensino Superior do Governo FHC e Governo Lula

Muito se teve em discussão nos últimos tempos o Ensino Superior Tecnológico. Tal preocupação se deve pela maioria dos ingressados pertencerem a uma determinada classe da sociedade que de forma mais rápida poderiam ter acesso a uma formação superior e em pouco tempo estariam aptos para o mercado de trabalho. Por se tratar de uma educação tecnológica com intuito de formar mão de obra necessária para a demanda do crescimento que o país experimentava economicamente na época, esta tinha como característica a prática, levando o aluno a vivenciar o que encontraria em

seu futuro como tecnólogo. Dentre os cursos superiores tecnológicos, algumas áreas que abrangem tal modalidade, são: ambiente e saúde, controle e processos industriais, desenvolvimento educacional e social, gestão e negócios, informação e comunicação, infraestrutura, militar, produção alimentícia, produção e design, recursos naturais, segurança, turismo, hospitalidade e lazer.

O governo Lula, é visto como o governo da facilidade ao acesso no ensino superior e muitos encaram esta marca como uma falha do governo, uma parcela acredita que tal facilidade poderia inverter os pilares estabelecidos na Pirâmide de Maslow¹. O que muitos não tem conhecimento é que o governo em seu entendimento que o país precisava se preparar para expansão da economia, acelerou o processo do projeto que estava em discussão desde 1990, conforme Brandão esclarece em seu artigo.

Desde a segunda metade da década de 1990 até o final de 2006, esteve em pauta nesta Rede a discussão em torno das concepções de Universidade Tecnológica (UT), tendo como referencial normativo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 (parágrafo único, artigo 52), que faculta “a criação de universidades especializadas por campo de saber”. (BRANDÃO, M., 2009, p. 193).

2005 foi o marco do governo para que a discussão do projeto tomasse forma através da transformação do CEFET Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e assim por diante em outras partes do país, tais como a oferta da modalidade em instituições privadas. Brandão afirma que pesquisas de 2006 no Instituto Anísio Teixeira (INEP/MEC) mostram como a expansão da modalidade de cursos tecnológicos vem sendo importantes para o crescimento da oferta deste nas universidades particulares.

Como bem mencionado anteriormente, a partir de 1990 já se apresentava a discussão desta modalidade de ensino, sendo ainda no governo Collor a tomada de revisão do Ensino técnico no país. “Em 1994, por tanto antes do governo FHC, a transformação das ETFs em CEFETs”, (BRANDÃO, 2009). Podemos dizer que apesar do governo Lula colher os louros ou carregar o fardo desta evolução no ensino tecnológico, outros governos já vinham trabalhando para que a mudança acontecesse.

Em 1997, definiu-se a educação profissional de nível tecnológico sendo educação de nível superior (Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica: CNE/CEB 17). No entanto, ainda não foi aí que se resolveu a questão quanto a ser este “nível superior” considerado como uma graduação; isto ocorrerá apenas em dezembro de respectiva Resolução 03. (BRANDÃO, M., 2009, p. 197).

Como se pode ver a questão do termo “nível superior” para a educação de nível tecnológico se deu por volta de 2002, um ano antes do presidente Lula assumir o mandato. Muitos acreditam que o Ministro da Educação do governo FHC, via o ensino técnico como uma garantia aos concluintes do ensino médio que não ingressavam no ensino superior, uma formação técnica afim de qualificá-los para o mercado de trabalho.

Podemos observar que existe uma linha muito tênue sobre o que seria uma formação técnica de ensino médio e uma formação tecnológica superior. Se repararmos bem, o ensino superior tecnológico nos remete ao pensamento de dar acesso ao ensino acadêmico à população que possui menos poder econômico, como se fosse um “calar a boca” ao discurso de que o Estado não promove oportunidade ao povo de educação. De fato, a questão de que somente a elite terá direito a uma formação superior, esta enraizada em nossa cultura, que por muito anos carregou o estigma de servidão. Por outro lado, o acesso a uma formação técnica não deveria ser visto como uma desvantagem, mas sim como uma oportunidade de crescimento e inserção na vida social, pois como vimos anteriormente é o trabalho que dará ao homem o poder de compra, acúmulo de bens e a oportunidade de crescimento econômico. Em outra via de discussão é o salário baixo e as dificuldades que o trabalhador encontra para ascensão material e social devido à alto custo de vida no nosso país.]

1.5 Formação dos Docente para a Educação Profissional e Tecnológica

Moura faz dois questionamentos quando se refere a formação de professores para educação tecnológica: Para qual sociedade se deve a formação de professores? Bem como, para que tipo de formação profissional e tecnológica se deve a formação

dos docentes? Mais adiante ele, acrescenta que hoje o sistema econômico do país é demasiadamente dependente do capital exterior.

O modelo vigente, produto da dependência econômica externa histórica, é baseado nas exportações agroindustrial, agropecuária e de matérias-primas e na importação acrítica das tecnologias produzidas nos países de capitalismo avançado. Isso, ao longo do tempo, vem fazendo com que o país não tenha modelo próprio de desenvolvimento orientado às suas necessidades e melhorias sociais e econômicas. Ao invés disso, vem prevalecendo, historicamente, a submissão aos indicadores econômicos, aos organismos internacionais de financiamento e aos investidores internacionais, principalmente os de curto prazo (na prática, especuladores) (MOURA, D. H, 2014, p. 25).

Nossa economia é dependente do mercado internacional, uma das principais características que vemos hoje para entender como funciona, é o aumento do preço do combustível em geral. Nossa tabela está atrelada ao custo de importação, sendo nós um dos maiores países com armazenamento natural de petróleo. Portanto, como isso afeta a formação dos professores para a formação técnica e profissional? Afeta no sentido de que tipo de profissionais queremos formar, submissos ou empreendedores? Por esta razão a formação do professor que atenderá esse setor da educação precisará estar alinhada com o objetivo da sociedade para o futuro do país.

Nesse processo educativo, o professor deve assumir outra atitude, forjada a partir de outro tipo de formação, que deve ser crítica, reflexiva e orientada pela responsabilidade social. Nessa perspectiva, o docente deixa de ser um transmissor de conteúdos acrílicos e definidos por especialistas externos para assumir uma atitude problematizadora e mediadora do processo ensino-aprendizagem sem, no entanto, perder sua autoridade nem, tampouco, a responsabilidade com a competência técnica dentro de sua área do conhecimento (FREIRE, 1996, *apud*, MOURA,

2014).

Moura, propõe que para formar esse tipo de profissional, é preciso primeiramente conhecer as expectativas destes. A maioria desses professores já se encontram em exercício nas instituições públicas do Estado. É preciso ouvi-los para entender que tipo de comunidade eles atendem, quais as expectativas de seus alunos e suas como professores. Muitos desses docentes já possuem graduação específica na área profissional, mas a grande maioria tem a formação bacharel sem à docência.

A heterogeneidade institucional, situacional e de trajetória profissional do professorado da EPT é um dado importante a ser considerado pelas políticas de formação inicial e continuada destinadas aos docentes, sobretudo quando se pensa que, em vista das atuais questões relativas ao mundo do trabalho, à dinâmica tecnológica e de produção de conhecimentos, à diversidade cultural, à sustentabilidade ambiental, à vida em sociedade, o exercício dessa docência se tornou mais complexo, exigindo-se das práticas pedagógicas maior coerência, consistência, diálogo, participação. (MACHADO, 2011, p. 692-693).

Tanto Machado como Moura, defendem a licenciatura para que os professores estejam aptos a exercer seu papel na educação profissional. Sem sombra de dúvidas tal formação é importante para o semear das matérias a serem aplicadas em sala de aula. Todavia, não podemos esquecer que a formação profissional requer a praticidade de sua teoria. Um professor não poderá transmitir um conhecimento baseado somente no conceito, mas sim através de sua vivência no setor. Fala-se muito na formação do professor do ensino básico de forma geral, que durante sua graduação pouco ou nada se tem de vivência como docente, como ocorre nas faculdades de medicina por exemplo, onde se é necessário prestar a residência médica antes de escolher uma especialização na sua área. Para que a educação profissional esteja alinhada com objetivo de crescimento econômico do país, é preciso evoluir na formação dos professores para que tenham uma formação adequada para tal e condizente com a realidade do mundo contemporâneo, bem como a melhoria de salário, planos de carreiras e estudo continuado.

2 Perspectivas do Futuro dos Jovens Frente à Educação Profissional

O quadro do país nos mostra uma diferença de oportunidades em relação as classes sociais. “jovens afetados pela desigualdade social e pelo fator competitivo e seletivo do mundo contemporâneo. Suas nuances retratam jovens sem acesso à educação, sem capital cultural e financeiro para competir com jovens de outras classes sociais no mercado seletivo”, (CRUZ, C. A. M. V., PEREIRA, R. F. M., SILVA, F.F., 2014). Recentemente com a crise econômica, devido a pandemia, muitos jovens se viram na necessidade de deixar seus estudos para ajudarem suas famílias. A evasão escolar aumentou em todas as etapas da educação brasileira. Precisamos retomar o crescimento econômico do país, mas acima de tudo precisamos formar uma população capaz de contribuir para que este crescimento seja de forma contínua. É dever do Estado garantir vagas no acesso à educação profissional, justamente no setor da sociedade que mais carece de recursos. Por tanto, além de garantir o acesso à educação é necessário que haja uma educação de qualidade.

Cruz, Pereira e Silva dizem que “Para os jovens, o desencanto com a escola se deve à falta de capacidade para competir, nos estudos, com os filhos da classe economicamente superior e por se sentirem incapazes de desempenhar”. Afirmar que sempre haverá essa discrepância entre essas classes, é o mesmo que afirmar que a população predominante sempre estará no mesmo lugar econômico sem evolução.

In modern society, a young professional faces the problem of self-determination, which is directly related to the question of his professional choice. Analyzing the scientific literature, we can conclude that consciously choosing a profession, the future specialist relies on their own knowledge about themselves. (Uteubayev et al, 2018; Petrova et al, 2019)

Hoje não preparamos os jovens para suas aptidões e muito menos para suas escolhas, por isso ao se formar no ensino básico existem aqueles que não sabem ao certo que caminho seguir. Considerando que passamos a maior parte de nossas vidas no ambiente de trabalho, não podemos deixar de levar em consideração que a escolha de uma profissão não deve ser tomada por uma necessidade, mas sim o que

gostamos de fato de fazer. Em outros países desenvolvidos existe o sistema de orientar o estudante a áreas em que ele mostrou um maior alinhamento durante sua vida escolar. Obviamente que esse processo não é avaliado em seu último ano de ensino básico, mas sim durante toda sua vivência de sua vida acadêmica. Esse processo ajuda o jovem, pois ao escolher uma determinada área para se desenvolver profissionalmente ele exercerá uma atividade que esteja mais próxima de seu gosto e habilidades.

Como já dito anteriormente, precisamos estar cientes de que a sociedade pós moderna, mediante a todo cenário tecnológico e global em que se encontra, é necessário formar jovens com pensamento crítico e empreendedor capazes de caminhar de forma positiva para o crescimento econômico do país.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que nosso histórico educacional nos leva a cultura de colônia, da servidão, sem espaço para o desenvolvimento econômico da classe mais baixa da sociedade. Quando olhamos para nosso passado vimos ainda hoje a herança dessa cultura que diferencia as classes prejudicando o acesso a educação do povo. Existe ainda hoje uma parcela da sociedade que acredita que nem todos poderão ter acesso a uma formação universitária, com a desculpa de que o país não comporta tantos profissionais desse requisito e por essa razão temos um número de engenheiros trabalhando como motoristas de aplicativos, como exemplo. Quando na realidade o que se falta no país é a organização de uma educação de acordo com todo processo global e tecnológico que nos encontramos.

Cada dia mais o mercado de trabalho se torna competitivo e seletivo, a falta de mão obra no âmbito nacional faz com que empresas busquem em outros países profissionais com formação que atenda a demanda. A imigração de mão de obra é uma realidade dos tempos modernos, mas se compararmos a quantidade de profissionais que tem a possibilidade de trabalhar no exterior com aqueles que vem de fora para o nosso país, veremos como a educação no Brasil ainda carece de uma estrutura organizacional e plano efetivo de ensino, devido ao baixo número de exportação de trabalhadores, pois somente aqueles com uma melhor formação se destacarão e poderão desfrutar de uma experiência fora do país. Isso nos leva a

concluir que a qualidade de ensino no Brasil está muito aquém se comparada aos índices educacionais de outros.

Precisamos ter em mente, que hoje é muito difícil um jovem garantir seu estudo no ensino superior contando com a ajuda da família, pois essa não é a realidade do país. O jovem precisa de trabalho para se socializar e ascender o seu capital e é aqui que a educação profissional técnica dever ter seu princípio. Para isso, o acesso a esse tipo de educação deverá ser maior, mas também preparar de fato o jovem para o mercado, não somente através de teoria, mas por práticas laborais. Os salários precisam ser equiparados com a realidade do momento e principalmente a continuidade dos estudos serem asseguradas por aqueles que assim desejar.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, M. Educação profissional e ensino superior: do governo FHC ao governo Lula. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, n. 6, p. 189–204, 2013. DOI:

10.20396/cemarx. Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10782>. Acesso em: 17 abr. 2022.

CAST'EL, R. As armadilhas da exclusão. In: ____ et al. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

CIAVATTA, M., & RAMOS, M. (2012). **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação**. *Retratos Da Escola*, 5(8), 27–41. Disponível em <https://doi.org/10.22420/rde.v5i8.45>, Acesso em 3 de abril de 2022.

COLÉGIO das Fábricas. Arquivo Nacional, Fundo Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, caixa 423, pacote 2.

CRUZ, V. M. A. C., PEREIRA, M. F. R., SILVA, F. F., **As Perspectiva de Futuro dos Jovens Frente à Educação Profissional Integrada**. *Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS*, Porto Alegre, RS. V.1, n. 1, p. 58-72. 2014
Disponível em: <https://doi.org/10.35819/scientiatec.v1i1.1416>, Acesso em 23 abr.

2022.

DIACHOK, N., CHERNUKA, N., TOKARUK, L., PETROVA, M.M., **Practical-Oriented Concept as a Principle of Professional Education of the Future Professionals. Internal Journal of Higher Education**, v. 9. n. 4, 2020

Disponível em: <https://doi.org/10.5430/ijhe.v9n4p272>, Acesso em 24 de abr. 2022.

ESCOTT, C. M. & Moraes, M. A. C. de. (2012). **História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil”**. (pp. 1492- 1508). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

FILHO, D. L. L., **A Universidade Tecnológica e sua Relação com o Ensino Médio e a Educação Superior: Discutindo a Identidade e o Futuro das CEFETs.**

Revista Perspectiva, v. 23., n. 02, p. 349-380. Florianópolis, SC. 2005.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9762>

Acesso em: 21 abr. 2022.

FREIRE, P. Conscientização. **Teoria e prática da libertação**. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 1980.

FRIGOTTO, G., (2001). **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora.** In: Perspectiva, v. 19, n. 1. p. 71-87. Florianópolis.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>

Acesso em 16 de abril de 2022.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **O desafio da formação dos professores para a EPT e proeja. Educação Sociedade.** Campinas, v. 32, n. 116, p. 689-704, jul. Set. 2011 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, Acesso em: 23 abr. 2022.

MARX, K. O capital. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982.

MOURA, D. H. A FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 23–38, 2015. DOI:10.15628/rbept.2008.2863.

Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>

Acesso em: 21 abr. 2022.

VIEIRA, A. M. D. P., JUNIOR, A. S., **A Educação Profissional no Brasil**, Nº 40, PP. 152-169, 2016. Disponível em [A educação profissional no Brasil | Interacções](#)

[\(rcaap.pt\)](#) Acesso em 2 de abril de 2022.

UTEUBAYEV, T., PETROVA, M.M., LYUBENOVA, I. (2018). **Training of qualified specialists in the process of their education at the university: the role of the public-private partnership. CBU International Conference Proceedings 2018: Innovations in Science and Education**, 491-495. Disponível em:

<https://doi.org/10.12955/cbup.v6.1203>, Acesso em 24 abr. 2022.

WITTACZIK, L. S. (2008). **Educação Profissional no Brasil: histórico**. Revista E-Tech: Tecnologias Para Competitividade Industrial - ISSN - 1983-1838, 1(1), 77–86. Disponível em <https://doi.org/10.18624/e-tech.v1i1.26>, Acesso em 2 de abril de 2022.

FERREIRA, Josuel de Souza. HADJIDEMETRIOU, Tonis Breidel (2022). **História e Educação Historiográfica na Contemporaneidade: Reflexões e Contribuições**. Revista Científica Cognitionis, UniLogos – ISSN 2595-8801, v. 5 n.1 (2022) – p. 106 – 123. Digital Object Identifier (DOI): 10.38087/2595.8801.126. <

<https://cognitioniss.org/2022/03/14/10-38087-2595-8801-126/>> Acesso em 12 de maio de 2022.